

O Património Cultural da Região do Alto Tâmega e Barroso como Produto Turístico

FERNANDA CELINA DA COSTA SOUSA * [fcelina_sousa@hotmail.com]

MARIA JOSÉ DOS SANTOS CUNHA ** [mjscunha@net.sapo.pt]

Resumo | Inicialmente ligado à ideia de herança paterna ou familiar, o conceito de património cultural foi sofrendo alterações com o decurso do tempo entendendo-se hoje, não apenas como sinónimo de passado, memória daquilo que ficou como herança, mas também como presente, na medida em que não se pode entender o presente, nem pensar no futuro, sem olhar a “memória”, ou seja, sem que haja uma conjugação de um “antes”, com um “agora” e um “depois”, de forma a criar uma “imagem” representativa do social ou memória social, a que pertencemos. O projecto de investigação a que nos referimos neste artigo nasceu do fascínio e interesse que o património sempre exerceu sobre nós e de forma particular o da região do Alto Tâmega e Barroso. Com ele pretendemos verificar a possibilidade de desenvolver – com base no património cultural - um produto turístico novo, face à necessidade de se diversificar a oferta turística da região em causa, que actualmente está quase exclusivamente voltada para o produto saúde e bem-estar.

Palavras-chave | Património, Cultura, Local, Turismo e Desenvolvimento.

Abstract | Initially connected to the idea of paternal or family heritage, the concept of cultural patrimony has been experiencing changes over time, and it is presently understood, not only as synonym of the past, memory of what remained as an heritage, but also as the present, as one can neither understand the present, nor think of the future, without watching the “memory”, that is, without a conjunction of a “before” with a “now” and an “after”, in order to create an “image” that may represent the social or the social memory which we belong to. The research project we refer to in this paper was born from the fascination and interest that patrimony has always had upon us, and in particular the patrimony of *Alto Tâmega* and *Barroso*. With this project, we intend to verify the possibility of developing – on a cultural patrimony basis - a new tourist product, given the need to diversify the tourist offer of the region under study, which, presently, privileges almost exclusively the health and well-being product.

Keywords | Heritage, Culture, Local, Tourism and Development.

* **Licenciada em Recreação, Lazer e Turismo** pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

** **Doutorada em Ciências Humanas e Sociais** pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e **Professora Auxiliar** na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

1. Introdução

Procuramos neste artigo dar a conhecer os traços mais marcantes de um projecto de investigação, com o qual se pretendeu conhecer a importância do património cultural da região do Alto Tâmega e Barroso, como factor atractivo de turistas.

Este projecto de investigação nasceu do fascínio e interesse que o património sempre exerceu sobre nós e de forma particular o da região do Alto Tâmega e Barroso. O desejo de saber cada vez mais sobre esta temática intensificou-se nos últimos anos, devido a uma maior proximidade com a referida realidade e ao facto de, através de contactos com responsáveis pelo turismo na região, constatar-mos a necessidade de se diversificar a oferta turística da mesma, uma vez que actualmente está quase exclusivamente voltada para o produto saúde e bem-estar. Esta necessidade levou-nos a implicar neste projecto, cuja finalidade última era verificar a possibilidade de desenvolver – com base no património cultural – um produto turístico novo. Decidimos, por isso, avançar com o estudo como forma de conseguir respostas para a seguinte questão: “Qual a importância e o papel do património cultural no turismo da região do Alto Tâmega e Barroso?”. O estudo assentou numa estratégia metodológica de cariz quantitativo, com recurso ao inquérito por questionário, técnica de investigação que nos pareceu ser a mais adequada às características e finalidades do mesmo.

2. Enquadramento teórico

2.1. Conceito de património cultural

A definição do conceito de “património cultural” não foi sempre a mesma. Inicialmente ligado à ideia de herança paterna ou familiar, o conceito foi sofrendo alterações com o decurso do tempo e a partir de 1972, de acordo com a Convenção Mundial da Unesco, passaram a ser classificados

como património cultural, não apenas os bens materiais, mas também os imateriais. Isto levou a que, a partir de finais da década de 70, se verificasse uma valorização do património cultural como factor da memória das sociedades e que o conceito de património cultural se tornasse mais abrangente, passando a abarcar, no dizer de Banducci e Barreto, não apenas,

(...) os bens tangíveis como também intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer do ser humano, e não só aquilo que representa a cultura das classe mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos (2000: 11).

Hoje entende-se que os remanescentes que nos ficaram do passado e nos quais, segundo Madariag Roberto (2005), se incluem monumentos e manifestações do passado, mas também aquilo a que se chama património vivo – manifestações da cultura popular; povoações ou comunidades tradicionais; artesanato e artes populares; trajes; conhecimentos; valores; costumes e tradições características de um grupo ou cultura – sejam algo que nos permite conhecer esse mesmo passado, mas que igualmente funcionem como testemunhos das experiências vividas individualmente ou no colectivo e que fazem ampliar os nossos sentimentos de pertença. Porém, o conceito de património cultural, não é apenas sinónimo de passado, memória daquilo que ficou como herança, é também presente, na medida em que não se pode entender o presente, nem pensar no futuro, sem olhar a “memória”, ou seja, sem que haja uma conjugação de um “antes”, com um “agora” e um “depois”, de forma a criar uma “imagem” representativa do social ou memória social, a que pertencemos.

2.2. Cultura e património cultural

Podemos definir “cultura” como um conceito que encerra todos os aspectos criativos, as redes

sociais, a religião, a ideologia ou, de uma forma geral, as diferentes formas de vida dos seres humanos e as suas manifestações. A nossa cultura é o somatório de tudo aquilo que produzimos ao longo da vida, da forma como o fazemos e tentamos conservar, de ideias, criações e memórias. A tradição está directamente relacionada com as práticas sociais que se transmitem ao longo do tempo, nelas se incluindo, objectos materiais e imateriais que, segundo o entendimento de Shils (1981:15), “têm que durar pelo menos três gerações – sejam elas longas ou curtas – para ser uma tradição”.

A cultura é fruto da experiência em sociedade, é tudo o que o homem revela, transmite e acrescenta à natureza, é tudo o que corresponde à sua forma de pensar, sentir e agir. Na óptica de Cunha, a cultura

(...) processa-se através da criação e transmissão de conhecimentos, costumes, usos e crenças, práticas rituais, mitos, tradições, padrões de comportamento, ideais de vida e por todo um património cultural que é necessário e urgente preservar e conservar como memória da história de um povo (2008:167).

Tida como algo em movimento e constante transformação, a cultura é considerada como um sistema dinâmico que se transmite de geração em geração, caracterizado pela constante incorporação de elementos novos e a perda de outros. Assim, quando falamos de património cultural estamos a referir-nos a manifestações culturais que o ser humano vai deixando ao longo da sua passagem pela terra. O fortalecimento da identidade cultural alberga, necessariamente, a questão do património, que, por sua vez, serve como elemento fortalecedor da identificação com a comunidade, cultura e tradição e permite fazer uma ligação coesa entre passado e presente. Razões que justificam que, num contexto de desenvolvimento adequado a um mundo em constante mudança e evolução, o património cultural e a cultura sejam indissociáveis.

2.3. O património cultural e a sua ligação ao turismo

O património foi, desde cedo, um dos principais motivos para a realização de viagens turísticas. Seguindo esta linha de pensamento, Choay (2001) refere que o património construído foi um dos atractivos que impulsionou as viagens de estudo e de lazer na Europa, desde o século XVIII. No entanto e devido às alterações dos “hábitos turísticos”, essa relação entre património e turismo tem vindo a sofrer alterações, tanto a nível quantitativo, como qualitativo. A este respeito, Prats (1997) afirma que se tem vindo a assistir a um abarcamento cada vez maior do património e dos seus variados elementos (monumentos, festas, tradições, produções culturais) por parte do mundo do “espectáculo” e do consumismo turístico. Assim sendo, podemos concluir que o património cultural – que não é um objecto estático e imóvel, mas um aglomerado de vivências e valores que precisam de ter uma dinâmica considerada e respeitada para sobreviver a tantas intervenções trazidas pela modernidade – tem vindo a perder a sua imagem de autenticidade, para dar lugar a uma imagem e motivação ligada ao aspecto turístico e comercial, âmbito em que o património cultural pode ser visto, na opinião Prats (1997:42), sob três perspectivas:

- O património como produto turístico *per se* ou seja, *autónomo*. Ex. Pirâmides do Egipto;
- O património cultural *relacionado ou associado* a um outro produto turístico, no qual o património se combina com outras atracções lúdicas. Ex. Paris e Barcelona;
- O património cultural como produto complementar no destino turístico, ou seja, uma *mais-valia* capaz de redefinir e diversificar a oferta levando a um turismo de “qualidade”.

As formas de consumir o património advêm de certos comportamentos diferenciados perante o objecto ou sujeito do património cultural.

Na interpretação que é dada ao património cultural e na forma como este é vendido, coexistem interpretações de identidade com outras mais dedicadas e assumidas no *marketing* turístico. Basta que existam alguns elementos patrimoniais e muita imaginação e existirá clientela para tudo. Porém, no entender de Santana Talavera (2002), o consumo do património cultural confronta-se com dúvidas e critérios de protecção, ou seja, pode optar-se por proteger espaços e saberes através da sua preservação absoluta e reservá-los para o futuro; optar-se por conservá-los, abrindo-os para o uso recreacional de novas formas de turismo de massas, democratizando assim o seu consumo, ou ainda, optar-se por conservá-los como uso recreacional de um turismo minoritário capaz de pagar avultadas somas, ou seja, protegê-lo para desfrute das elites socioeconómicas.

O uso turístico do património cultural pode destacar-se dos restantes pela facilidade que existe para salientar e combinar elementos de um amplo *stock*, com o objectivo de conseguir um produto integral. Convém, no entanto, que tendo em vista a criação de produtos e serviços turísticos inovadores e diversificados, seja feito um esforço para que, tal como salienta Ribeiro (2008:50), "seja assegurada a concertação de actuações dos seus principais agentes e feito um adequado investimento no equilíbrio ambiental e na valorização do património cultural", para que o turismo possa constituir-se como instrumento de desenvolvimento dos territórios.

Um dos maiores desafios que os locais com valor cultural enfrentam é terem a capacidade de adaptar o património que possuem à procura turística, o que se adivinha difícil para muitos deles. Conseguir-lo, passa por uma gestão sustentável. Gerir o património de forma sustentável requer, por sua vez, que se concilie a conservação com as novas perspectivas económicas e sociais que advêm da acção turística. Torna-se, para o efeito, necessário que os destinos culturais enfrentem o desafio de conseguir a inserção equilibrada do turismo na economia e na sociedade, através de modelos de desenvolvimento

que permitam conciliar a conservação do património com a sua utilização responsável e dinamização funcional. O facto de a comunidade assumir que o património é um bem colectivo e que, como tal, deve ser aberto ao uso respeitoso de outros grupos sociais é importantíssimo na adopção de uma nova racionalidade de interpretação e gestão do património.

2.4. Património cultural e desenvolvimento local

Uma estratégia de desenvolvimento deve ser tomada em função das características e das necessidades das diversas realidades territoriais, não sendo possível "vender" o património sem que se tenham valorizado os recursos. A promoção cultural deve estar vinculada aos processos produtivos, à criação de empregos, à inovação tecnológica e à geração de riquezas, tornando-se necessário instituir uma inovação cultural ao serviço da criatividade social, para que se dê lugar a um novo factor de desenvolvimento. Converter o património cultural em recurso cultural ou turístico, ou mesmo produto, requer não apenas infra-estruturas e equipamentos hoteleiros, como também estratégias globais que tomem em consideração dimensões económicas, urbanísticas e sociais. Nesta perspectiva são várias as iniciativas ou estratégias que podem ser levadas a cabo a nível local com vista ao seu desenvolvimento e de entre elas a promoção da identidade local; a valorização do património local; a valorização dos conhecimentos especializados tradicionais; a criação de infra-estruturas culturais permanentes, bem como, a dinamização e difusão cultural. Desta forma, um desenvolvimento local que tenha por base o património cultural, deverá contemplar na sua estrutura três factores-chave: *o território*, depositário do património natural e cultural; *a sociedade*, motor do desenvolvimento; e *a cultura*, com o seu papel decisivo na relação de uma nova leitura do território, entendido como património e como recurso. Entendido desta forma, o património cultural torna-se

num pilar fundamental no momento de delinear estratégias de futuro úteis para a sociedade local.

3. Caracterização da Região do Alto Tâmega e Barroso

Situada no Norte de Portugal, mais concretamente em Trás-os-Montes, a região do Alto Tâmega e Barroso reúne em si os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar. Faz fronteira, a norte, com a região espanhola da Galiza, a sul, com o agrupamento de municípios do Vale de Douro Norte, a este, com a Terra Fria e Terra Quente Transmontana e a oeste, com os municípios dos agrupamentos do Vale do Lima, Alto Cavado e Alto Ave.

Cada vez mais beneficiada por facilidades de acesso, a região do Alto Tâmega e Barroso usufrui agora das ligações ao litoral norte, através da A7 e ao litoral centro pela A24. Estas ligações, aliadas à sua proximidade com Espanha, permitem colocar a região num plano privilegiado do mercado turístico receptor português.

No que se refere às potencialidades da região, a envolveria natural confere-lhe uma riqueza e variedade paisagística e uma enorme diversidade de fauna e flora características, que permitem o desenvolvimento de um turismo activo. O territorialismo possui um peso elevado na região, bem como o património histórico-cultural que se encontra disperso por toda ela, sendo constituído por uma enorme diversidade que abrange testemunhos arqueológicos (megalíticos, romanos, medievais), passa pelas edificações de carácter religioso (igrejas, capelas, cruzeiros) e monumentos destinados à defesa (castelos, castros), entre outros. As manifestações populares atraem um número cada vez maior de pessoas e ocupam, na região, um lugar de destaque, fazendo as romarias e as festas, maioritariamente religiosas, parte da oferta cultural da região. O artesanato é outra das actividades

de carácter popular que mais atrai o turista. Os produtos regionais enriquecem a oferta local ao associarem a gastronomia, outro ponto forte da região, para o qual contribui a caça da perdiz, da lebre e do javali, bem como a pesca da truta, componentes turísticas de grande importância para a região. Muitos dos produtos, porque possuem características únicas, estão certificados. É o caso do mel, da castanha, do vinho, do azeite, da carne barrosã e, como não podia deixar de ser, do famoso fumeiro regional, actividades muito enraizadas social e culturalmente na região.

A oferta de alojamento turístico, fulcral para o desenvolvimento de qualquer região, é disponibilizada em unidades de turismo rural, com cerca de 30 unidades e 350 camas, assim como por hotéis, pensões, estalagens e residenciais, que globalmente perfazem um total de 911 quartos e 1746 camas, sendo cerca de metade, unidades de quatro estrelas, consideradas pelos visitantes da região como de qualidade. Todas estas características fazem da região do Alto Tâmega e Barroso um local maravilhoso e apelativo.

4. Diferentes etapas do processo de investigação

O processo de investigação situa-se numa continuidade que se inicia com uma interrogação e termina com uma apresentação científica dos resultados da investigação, constituindo a definição do problema a primeira fase do processo. No caso do presente projecto de investigação, foi através de alguns contactos com responsáveis pelo turismo na região, que pudemos constatar a necessidade de se aproveitarem os vastos recursos nela existentes, como forma de se desenvolverem novos produtos turísticos e, assim, poder diversificar a oferta turística da mesma, actualmente quase que exclusivamente voltada para a oferta do produto saúde e bem-estar. Foi, portanto, esta necessidade

e vontade de saber e descobrir – elemento cuja importância, segundo (Pérez Serrano, 2000), se reflecte no gerar o entusiasmo necessário para se persistir numa atitude de procura – que nos levou a implicar neste estudo, como forma de dar resposta à questão que então se nos colocou, uma vez que a formulação da problemática, condensando-a numa interrogação, clarifica e simplifica a questão, correspondendo o problema, no dizer de Pacheco (2006:149), “a uma expressão de um enunciado observacional, necessariamente associado a uma *problemática teórica*, que, como ponto de partida da investigação, define e acolhe problemas de investigação para os quais se buscam respostas”.

O problema, as hipóteses, os objectivos, o controlo das variáveis, a selecção da amostra, a metodologia escolhida, os instrumentos utilizados na recolha de dados e o tratamento dos mesmos, assim como a definição dos procedimentos necessários para levar a investigação por diante, são as fases que constituem os alicerces em que se apoia o seu corpo. As hipóteses fornecem ao investigador, como refere Bell (1997:35), “uma linha de orientação quanto à forma como o palpite original poderá ser testado”. Assim e após termos definido o problema, entendemos ser importante estabelecer, a partir dele, um conjunto de hipóteses, isto é, respostas possíveis e provisórias ao problema, todas no sentido de que seria possível conseguir o que se pretendia, isto é, um produto alternativo ou complementar ao produto turístico existente na região, desde que se preservasse e divulgasse o património cultural.

A pesquisa bibliográfica, necessária para nos apoiarmos durante a investigação, exigiu a leitura de variados autores e uma recolha documental efectuada em diferentes locais. Toda a documentação utilizada nesta recolha de dados teve como objectivo a análise do objecto de estudo, a sua compreensão e enquadramento do tema. No entender de Laville e Dionne, (1999:112-113),

(...) a revisão da literatura não é uma caminhada pelo campo onde se faz um buquê com todas as flores que se encontram. É um percurso crítico, relacionando-se intimamente com a pergunta à qual se quer responder, sem esquecer de que todos os trabalhos não despertam igual interesse, nem são igualmente bons, nem tão pouco contribuem da mesma forma. Deve-se fazer considerações, interpretações e escolhas, explicar e justificar essas escolhas.

A realização de um estudo ou investigação, torna também necessário indicar o universo de objectos a estudar ou os sujeitos de pesquisa, entendendo Rúdio por universo ou população-alvo, “a totalidade de indivíduos que possuam as mesmas características, definidas para um determinado assunto” (2001:49). A população-alvo do nosso estudo foi a população local dos seis concelhos que constituem a região do Alto Tâmega e Barroso. Porém, como a população-alvo do nosso estudo era demasiado extensa, decidimos proceder à amostragem que, no dizer de Albarello (1995), é uma operação que permite que se retire um certo número de elementos – que vão constituir a amostra – de um conjunto que se pretende observar ou tratar. Assim, a amostra por nós seleccionada foi constituída por 111 habitantes das diferentes localidades, sendo que 31 correspondem a Chaves; 16 a Montalegre; 16 a Boticas; 16 a Valpaços; 16 a Ribeira de Pena e 16 a Vila Pouca de Aguiar. Optámos por esta distribuição, tendo em conta que a cidade de Chaves é a mais populosa, a que mais turistas recebe e a que mais potencialidades culturais possui. Os objectivos que nos moviam em todo este processo eram: verificar a possibilidade de desenvolver, com base no património cultural, um produto turístico novo capaz de atrair mais turistas à região e valorizar o património cultural da região do Alto Tâmega e Barroso.

5. Metodologia e técnica de investigação adoptada

A metodologia, entendida por Demo (1989) como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, que indaga e questiona acerca dos seus limites e possibilidades, é uma dimensão essencial para realizar trabalhos com qualidade científica e aprender a pensar. A abordagem adoptada e os métodos e técnicas de recolha de informação seleccionados pelo investigador, dependem da natureza do estudo e do tipo de informação que se pretende obter, no entanto, no entender de Bell (1997:20),

Classificar uma pesquisa como quantitativa, qualitativa ou etnográfica, como inquérito ou investigação-acção, etc., não significa que o investigador, uma vez escolhido um determinado tipo de abordagem, não possa mudar os métodos normalmente associados a esse estilo.

No presente caso, a investigação inscreveu-se numa modalidade de investigação quantitativa, com recurso ao inquérito por questionário. Elegemos esta técnica de investigação por nos ter parecido a que mais se adequava às características do estudo e aos fins a que este se destinava. Segundo Almeida e Pinto (1980:101), “o inquérito é uma pesquisa sistemática e o mais rigorosa possível de dados sociais significativos, a partir de hipóteses já formuladas, de modo a poder fornecer uma explicação”. O inquérito por questionário é uma técnica de observação não participante, apoiada numa sequência de perguntas ou interrogações escritas dirigidas aos indivíduos – os inquiridos – através das quais estes podem revelar as suas opiniões, representações ou várias informações sobre eles ou sobre o próprio meio. Revela-se, por conseguinte, como uma ferramenta fulcral para desenvolver um trabalho, dado possibilitar respostas para muitas das questões que surgem num plano de opiniões mais ou menos alargado. A sua qualidade, na óptica de Leite e Terrasêca (2001:72),

(...) exige ainda, uma reflexão sobre as perguntas a utilizar e a previsão das respectivas respostas, por forma a orientar o investigador na selecção do tipo mais adequado. Segundo a resposta que admitem do inquirido, as perguntas podem ser do tipo fechado, aberto ou de escolha múltipla.

O inquérito por nós construído foi dividido em quatro partes e continha um total de catorze perguntas fechadas. Após a sua elaboração, o questionário foi distribuído nos diferentes concelhos da região do Alto Tâmega e Barroso onde, para o efeito, nos deslocámos durante os meses de Abril e Maio.

6. Análise dos dados recolhidos

O método utilizado na análise dos dados foi a análise estatística, que é o método mais adequado em investigações quantitativas e que, no dizer de Quivy e Campenhoudt (1998:224), “se impõe em todos os casos em que estes últimos (os dados) são recolhidos por meio de inquérito por questionário”. Os dados recolhidos através dos questionários foram tratados com a ajuda de meios informáticos, o que nos permitiu a elaboração de gráficos de acordo com a natureza da informação. Os resultados obtidos apontam para o facto de que a grande maioria dos inquiridos é de opinião que o futuro do património cultural no Alto Tâmega e Barroso passa pelo turismo. No tocante ao tipo de oferta em que pode constituir-se o património cultural, no caso da região do Alto Tâmega e Barroso, uma maioria relativa assinalou que pode ser considerado como um produto complementar capaz de qualificar o produto existente, embora muitos o vejam como um produto alternativo capaz de atrair novos fluxos turísticos. Relativamente às três áreas-chave que na opinião dos inquiridos poderão contribuir para um maior desenvolvimento do património cultural como produto turístico da região, a maioria das respostas

incidiu sobre a gastronomia, seguida do património arqueológico e das feiras e festas populares. Estas três opções são assim consideradas as áreas-chave mais importantes para esse desenvolvimento. No tocante às intervenções que devem ser levadas a cabo para a afirmação do património cultural como produto, a reabilitação do património degradado foi a que conseguiu maior número de escolhas, seguindo-se-lhe a construção de novos equipamentos culturais e, por fim, a divulgação e promoção do património. Quando questionados sobre quais os benefícios económicos e sociais que poderão resultar para a comunidade local ao apostar-se num turismo com base no património cultural, a primeira opção de escolha recaiu na atracção de novos investimento para o local, seguida da opção mais oportunidade de negócio e finalmente, da opção reabilitação do património degradado. A maioria concorda que o património cultural, como produto turístico, aumenta o valor e a satisfação da visita para o turista; acrescenta qualidade de vida ao destino turístico; permite aumentar a utilização dos equipamentos culturais e é um gerador de fluxos turísticos fora da época alta. Quando questionados sobre qual o potencial de atracção turístico para a região de cada um dos recursos culturais, constantes de uma grelha que era apresentada, a gastronomia foi a primeira escolha como tendo um potencial elevado; seguindo-se por ordem decrescente de valor: outros monumentos e edifícios de interesse arquitectónico; as feiras e festas populares; o património arqueológico; os núcleos históricos; os ofícios tradicionais/artesanato; o património religioso e, por último, os festivais. Quanto ao grau de importância que o desenvolvimento de processos de reabilitação dos centros históricos da região pode representar para a atracção de turistas, a maioria dos inquiridos considera-a muito importante e os restantes considera-a importante.

Em relação ao saber-se se o património cultural nesta região tem merecido, por parte das entidades responsáveis, a devida promoção, é opinião da maioria dos inquiridos que ela não tem merecido

esse interesse. Relativamente ao facto de uma maior promoção e divulgação do património cultural da região poder vir a ter impacto ao nível do aumento de turistas, a grande maioria pensa que sim, o que reforça a ideia da necessidade de divulgação e promoção dos recursos patrimoniais e culturais da região.

7. Discussão dos dados

Os resultados conseguidos vêm confirmar, em parte, as nossas hipóteses iniciais. Assim, relativamente à hipótese 1, que refere o facto do futuro do património cultural passar pelo universo turístico da região, os dados confirmam tal cenário, demonstrando que a maioria dos inquiridos pensa que é no turismo que o património cultural encontrará o seu futuro e expansão que necessita. Em relação à hipótese 2, que refere que o património cultural é um produto alternativo ao produto turístico existente na região, a maioria das respostas vai no sentido de que ele é um produto complementar do existente, embora muitos acreditem que tem aptidão suficiente para ser um produto alternativo na atracção de turistas. No que se refere à hipótese 3, relacionada com o património cultural como uma boa alternativa para o desenvolvimento sustentável da região, a sua confirmação reflecte-se parcialmente, quando os inquiridos realçam alguns benefícios económico-sociais que um turismo com base no património cultural poderá trazer para a região, o que, de certa forma, pode contribuir para o desenvolvimento sustentável da mesma, ao atrair novos investimentos para o local, criar mais oportunidades de negócio e, com isso, melhorar a qualidade de vida das populações. No tocante à hipótese 4, que refere que a divulgação turística do Alto Tâmega e Barroso possui lacunas na divulgação do património, os dados conseguidos vêm confirmá-la, uma vez que, no entender da maioria dos inquiridos, as entidades locais responsáveis pela sua promoção e divulgação

não lhe têm dado a devida importância. Finalmente e em relação à hipótese 5, que afirma que o turismo com base no património cultural é gerador de benefícios a vários níveis, mas também de impactos negativos, os resultados obtidos estão também de acordo com ela, se para o efeito atentarmos que foram referidos diversos impactos negativos que este tipo de turismo poderá provocar, a par dos positivos, como a produção de benefícios económicos, sociais e de desenvolvimento.

8. Conclusão

O turismo tem vindo a ganhar espaço crescente nas estratégias de desenvolvimento dos territórios. Contudo, para que possa constituir-se num instrumento de desenvolvimento, torna-se necessário – para além das muitas exigências ao nível das infra-estruturas, equilíbrio ambiental e valorização do património – fazer um esforço no sentido de criar produtos turísticos inovadores e diversificados. Foi este o objectivo principal que perseguimos com a nossa investigação.

A conclusão de um trabalho constitui, na óptica de Laville e Dionne (1999:230), “uma etapa amiúde simples de transpor, principalmente porque se situa no prolongamento directo das etapas precedentes que ela vem naturalmente coroar, retomando vários dos seus elementos”. Neste sentido e no tocante ao caso presente, compete-nos referir que apesar de algumas limitações que tiveram a ver com a dificuldade em constituir uma amostra que representasse equitativamente a população de cada concelho, bem como a distribuição dos questionários pelos mesmos – o que implicou diversas deslocações, da nossa parte, a diferentes pontos da região, com a agravante do clima nem sempre nos ajudar – o trabalho de investigação decorreu de acordo com o previsto. Ao longo do trabalho abordámos conceitos como o de património cultural e cultura, procedemos à caracterização da região do Alto Tâmega e Barroso,

bem como de cada um dos seus concelhos, com especificação do património existente em cada um, para além de outras abordagens.

A metodologia de âmbito quantitativo com recurso ao questionário por nós adoptada, possibilitou-nos, através dos dados recolhidos, concluir que o património cultural do Alto Tâmega e Barroso tem potencialidades para se tornar num produto turístico com características próprias, adequadas e suficientes para atrair o turista, desde que reabilitado, preservado e conservado. Mostrou-nos ainda a necessidade de construção de novos equipamentos culturais, de divulgação e promoção do património existente, e da criação de uma imagem de marca que permita o reconhecimento da região. A par destas acções, o desenvolvimento de produtos complementares capazes de estruturar o mercado da procura turística, é considerado essencial. Desta forma, poder-se-á: aumentar a qualidade de vida do destino turístico; as taxas de ocupação dos alojamentos, bem como da utilização dos equipamentos culturais. Esta será, a nosso ver, a fórmula para que o património cultural da região do Alto Tâmega e Barroso possa ter a sua “rampa de lançamento” como produto turístico e adquirir mais importância e relevância na região.

Ao terminarmos este trabalho de investigação não podemos deixar de exprimir o nosso desejo de que ele tenha contribuído de alguma forma para dar a conhecer o património da região estudada e alertar, quem de direito, para o facto de que um produto só se tornará viável turisticamente quando asseguradas determinadas condições básicas.

Bibliografia

- Albarelo, L., 1995, Recolha e tratamentos quantitativos dos dados de inquéritos, in Albarelo, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D., Saint-Georges, P., *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*, Lisboa, pp.48-83.
- Almeida, J., Pinto, J., 1980, *A investigação nas ciências sociais*, Editorial Presença, Lisboa.
- Banducci, J.A., Barreto, M., (orgs.), 2000, *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*, Papirus, Campinas.

- Bell, J., 1997, *Como realizar um projecto de investigação*, Gradiva, Lisboa.
- Choay, F., 2001, *Alegoria do património*, Editora da UNESP, São Paulo.
- Cunha, M.J.S., 2008, Turismo cultural como estratégia territorial de desenvolvimento, in Vilaça, A., Pereira, V., *Congresso internacional turismo cultural e religioso. Oportunidades e desafios para a século XXI*, Póvoa do Varzim, pp.166-176.
- Demo, P., 1989, *Metodologia científica em ciências sociais*, Atlas, São Paulo.
- Laville, C., Dionne, J., 1999, *A construção do saber. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*, Artmed, Porto Alegre.
- Leite, C.M., Terrasêca, M.J., 2001, *Ser professor/a num contexto de reforma*, Asa, Porto.
- Madariag Roberto, M., 2005, *Património y comunidad: Una propuesta de intervención comunitária en el consejo Centro de Santa Clara*, Tesis para obtener el título de Maestría, UCLV.
- Pacheco, A.J., 2006, Um olhar global sobre o processo de investigação, in Ávila de Lima, J., Pacheco, J.A. (orgs.), *Fazer investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses*, Porto, pp. 13-28.
- Pérez Serrano, G., 2000, *Modelos de investigación cualitativa en educación social y animación sociocultural: aplicaciones prácticas*, Narcea, Madrid.
- Prats, L., 1997, *Antropología y patrimonio*, Ariel, Barcelona.
- Quivy, R., Campenhoudt, L., 1998, *Manual de investigação em ciências sociais*, Gradiva, Lisboa.
- Ribeiro, J.C., 2008, Turismo cultural, in Vilaça, A., Pereira, V., *Congresso internacional Turismo cultural e religioso. Oportunidades e desafios para a século XXI*, Póvoa do Varzim, pp. 50-51.
- Rudio, F.V., 2001, *Introdução ao projecto de pesquisa científica*, Vozes, Petrópolis.
- Santana Talavera, A., 2002, Mirar y leer: autenticidad y patrimonio cultural para el consumo turístico, in *Actas VI encontro nacional de turismo com base local*, Campo Grande, MS, pp. 20-23.
- Shils, E., 1981, *Tradition*, University of Chicago Press, Chicago.